

Sumário

Capítulo I – Clima	1
1. Conceito. O Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2021) e o Problema do Aquecimento Global	1
Capítulo II – As Mudanças Climáticas em Face do Denominado Acordo de Paris e Sua Necessária Interpretação em Face do Princípio Constitucional da Soberania: a Soberania Energética	11
1. Soberania Energética em face da Ordem Constitucional em vigor	17
1.1. A soberania e os fundamentos constitucionais da política energética nacional brasileira: a tutela jurídica do petróleo e do carvão em face da superior orientação normativa delimitada pela Constituição Federal e sua relevância no âmbito das atividades econômicas em nosso País	17
1.1.1. O princípio constitucional da Soberania estruturando de forma ampla e abrangente a interpretação do sistema normativo de nosso País.....	19
1.1.2. Soberania e independência nacional: a AUTODETERMINAÇÃO	28
1.1.2.1 A autodeterminação do povo brasileiro orientando a interpretação dos Princípios Gerais da Atividade Econômica	32

1.1.2.2. A soberania nacional como princípio geral da atividade econômica estabelecido em nossa Constituição Federal: o direito de decidir, independentemente de influências estrangeiras, sobre o desenvolvimento econômico.....	35
1.1.3. A soberania como o direito de decidir, independentemente de influências estrangeiras, sobre o desenvolvimento social: o piso vital mínimo	42
1.1.4 A soberania como o direito de decidir, independentemente de influências estrangeiras, sobre o desenvolvimento cultural.....	44
1.1.5. A soberania como poder que emana do povo e sua efetividade: o princípio da legalidade	46
1.1.6. O direito do povo à soberania e a liberdade de decidir, independentemente de influências estrangeiras, sobre sua forma de governo, seu sistema de governo e o seu desenvolvimento econômico, social e cultural (independência nacional) em face dos tratados ou convenções internacionais	49

Capítulo III – Soberania Energética e Fontes de Energia no Brasil: a tutela jurídica das fontes de energia renováveis e não renováveis e o Petróleo como importante fonte de energia.....	53
1. O Petróleo como importante fonte de energia e sua tutela jurídica do petróleo antes da Carta de 1988.....	62
1.1. O petróleo na Constituição de 1824 e legislação infraconstitucional	64

1.2. O petróleo na Constituição de 1891 e legislação infraconstitucional	68
1.3. O petróleo na Constituição de 1934 e legislação infraconstitucional	70
1.4. O petróleo na Constituição de 1937 e legislação infraconstitucional	73
1.5. O petróleo na Constituição de 1946 e legislação infraconstitucional	75
1.6. O petróleo na Constituição de 1967 — EC n. 1/69 e legislação infraconstitucional	79
2. O petróleo no âmbito do Estado Democrático de Direito (Constituição de 1988): a soberania e a independência nacional assegurando uma política energética sustentável	82
3. Fundamentos infraconstitucionais da política energética nacional brasileira: a tutela jurídica do petróleo e do carvão em face da Lei 9.478/97	86
Capítulo IV – A Política Energética Nacional Brasileira e o Acordo de Paris: Desenvolvimento Sustentável e os Resultados Econômicos da Gestão do Petróleo em Proveito da Erradicação da Pobreza no Brasil	89
1. O princípio do desenvolvimento sustentável balizando juridicamente o significado de desenvolvimento nacional como garantia constitucional indicada no âmbito do que estabelece o Art. 3º, II de nossa Carta Magna e reverberado nos princípios gerais da atividade econômica (Art. 170 da CF): o necessário atendimento às necessidades e aspirações humanas e a ADI 4269	97

2. A Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (Lei 12.187/09)	120
3. O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) e a ADPF 708	121
Capítulo V – Clima e Poluição Atmosférica.....	123
1. Introdução	123
2. Fenômenos da poluição atmosférica.....	124
2.1. <i>Smog</i>	124
2.2. Efeito estufa.....	124
2.3. Chuvas ácidas	124
3. Tutela jurídica do ar atmosférico, principais agentes causadores da poluição atmosférica e emissão de poluentes por veículos automotores	126
4. Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei n. 12.187, DE 29-12-2009) e as ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa: a Resolução CONAMA 491/2018 e a ADI 6148.....	129
Capítulo VI – A Gestão Sustentável do Clima em Nosso País por Parte das Empresas Transnacionais Submetida ao Sistema Normativo Pátrio	133
1. Empresas transnacionais	133
2. As empresas transnacionais e seu enquadramento jurídico em face do direito constitucional brasileiro.....	148
3. A empresa transnacional como atividade prevista no âmbito da ordem econômica constitucional: o conceito de atividade e sua vinculação aos princípios fundamentais da Carta Magna	155

4. A empresa transnacional como atividade prevista no âmbito da ordem econômica constitucional: sua vinculação ao princípio da SOBERANIA	160
4.1. Os reflexos do princípio da soberania em face das empresas transnacionais: sua vinculação ao princípio dos VALORES SOCIAIS do TRABALHO e da LIVRE INICIATIVA	171
4.2. Os reflexos do princípio da soberania em face das empresas transnacionais: sua vinculação aos princípios fundamentais relacionados ao objetivo de CONSTRUIR UMA SOCIEDADE LIVRE, JUSTA e SOLIDÁRIA, GARANTIA de DESENVOLVIMENTO NACIONAL, ERRADICAÇÃO da POBREZA e MARGINALIZAÇÃO, REDUÇÃO das DESIGUALDADES SOCIAIS e REGIONAIS e PROMOÇÃO do bem de TODOS, sem PRECONCEITOS de origem, raça, sexo, cor, idade e QUAISQUER OUTRAS FORMAS de DISCRIMINAÇÃO	180
4.3. Os reflexos do princípio da soberania em face das empresas transnacionais: princípio da LEGALIDADE.....	184
5. A empresa transnacional como atividade prevista no âmbito da ordem econômica constitucional em face das normas gerais de direito econômico estabelecidas pela Constituição Federal (Art. 170 e segs. da Constituição Federal).....	188

6. A empresa transacional em face das normas gerais de direito econômico estabelecidas pela Constituição Federal e o PRINCÍPIO da DEFESA DO MEIO AMBIENTE (Art. 170, VI da Constituição Federal).....	195
Bibliografia/Referências	209